

SEXUALIDADE E GÊNERO : PROBLEMATIZANDO OS DISCURSOS BINÁRIOS NA ESCOLA

SIMÕES, Aline G. S.¹; VOSS, Dulce Mari da S.²

¹ Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS - Brasil

² Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) – Bagé – RS – Brasil

RESUMO

Este meta-artigo apresenta parte de uma pesquisa bibliográfica realizada no Portal da Associação Nacional de Pesquisadores da Educação (ANPED) de textos do Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT23), cujo objetivo foi analisar os discursos que circulam nessas produções científico-acadêmicas acerca de identidades de gênero. Buscou-se problematizar as práticas pedagógicas e os currículos escolares como dispositivos que regulam condutas e reforçam a divisão binária de papéis e posições sociais e culturais de homens e mulheres. 0 palavras.

Palavras-chave: Gênero; Sexualidade; Educação.

1 INTRODUÇÃO

Tendo em vista a legitimidade histórica da Associação Nacional de Pesquisadores da Educação (ANPED), entendo que os discursos que ali circulam, por meio das produções científico-acadêmicas, potencializam os estudos e os debates acerca da sexualidade, como campo de produção discursiva que possibilita buscar e aprofundar conhecimentos e estabelecer diálogos que coloquem em xeque padrões culturais que anulam as diferentes condutas sexuais.

Nesse texto, trago parte da pesquisa bibliográfica que fiz no Portal da ANPED nos artigos publicados pelo Grupo de Trabalho Gênero, Sexualidade e Educação (GT23), para refletir sobre os discursos que circulam nas escolas e nos cursos de formação de professores/as acerca das identidades de gênero, problematizando os modos como as práticas pedagógicas e os currículos negam as diferenças sexuais e reforçam o binarismo homem/mulher.

2 METODOLOGIA (MATERIAIS E MÉTODOS)

Os trabalhos publicados pelo GT23 serviram como material empírico da pesquisa bibliográfica desenvolvida. De acordo com Fonseca (2002, p. 32), “[...] A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas”.

Com a pesquisa, busquei compreender os regimes de verdade¹ produzidos acerca de identidades sexuais, identificando as ferramentas teórico-metodológicas

¹ Segundo Foucault (1986) os discursos são formados por um conjunto de enunciados que se apresentam de forma regular ou descontínua e acabam por estabelecer certos regimes de verdade, ou seja, alguns discursos são considerados verdadeiros pelo modo como regulam as relações de

usadas nas produções científico-acadêmicas do GT23, que tratam da questão sexualidade no ambiente escolar e educacional, analisando as regularidades presentes em termos de enunciados que aparecem e se repetem nos discursos dos autores/as.

Portanto, nesse estudo a análise está centrada em práticas discursivas (o dito que constitui um conjunto de enunciados acerca da sexualidade, produzindo identidades sexuais) e não-discursivas (as relações de poder e saber e os regimes de verdade que posicionam os sujeitos desviantes nas escolas e outros espaços educativos que foram campo de pesquisa das produções científico-acadêmicas do GT23), pois, conforme aponta Louro (2003, p. 47), “[...] os discursos traduzem-se fundamentalmente, em hierarquias que são atribuídas aos sujeitos e que são, muitas vezes, assumidas pelos próprios sujeitos”.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo no meio acadêmico, os modos como ainda hoje a sexualidade é tratada estão carregados da tradição científica moderna que se produziu sob uma concepção naturalista do sexo, entendido como “[...] marca biológica, a caracterização genital e natural, constituída a partir da aquisição evolutiva da espécie humana como animal [...]” (NUNES; SILVA 2000, p. 74).

No entanto, o sexo genético, ou seja, designado por cromossomos XY para homem e XX para a mulher, hormônios e genitália (pênis para homens e vagina para mulheres) inerentes a cada sexo, não são os fatores únicos que determinam a sexualidade, já que papéis sócios sexuais advindos de valores culturais também caracterizam e moldam cada sexo (MEIRA, 2002).

Na perspectiva cultural, as sexualidades são formas de produzir e vivenciar a expressão dos desejos e o gozo dos prazeres corporais e se estabelecem a partir de relações sexuais entre sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos. Jeffrey Weeks (1993, p. 6) afirma inúmeras vezes que “[...] a sexualidade tem tanto a ver com as palavras, as imagens, o ritual e a fantasia como com o corpo”.

Partindo dessa perspectiva de análise, compreende-se que a sexualidade diz respeito à forma como cada ser vivencia e significa o sexo, indo além do determinismo naturalista. O que chamamos de sexualidade é um produto histórico de discursos sobre a sexualidade que se engendram de muitas formas em nossa cultura e nas relações cotidianas da vida social; uma invenção histórica que data do século XIX. É desse período a criação histórica européia de uma experiência social pela qual, “[...] os indivíduos são levados a reconhecer-se como sujeitos de uma ‘sexualidade’, que abre para campos de conhecimentos bastante diversos, e que se articula num sistema de regras e coerções” (FOUCAULT, 1984, p. 10).

Louro (2002) procede ao estudo da construção histórica do termo gênero e suas representações mais significativas. Para a autora, o conceito de gênero está diretamente ligado a história do movimento feminista, implicado lingüística e politicamente em suas lutas que, numa “primeira onda”, deu-se em torno do direito à participação das mulheres na vida política do país por meio do sufrágio universal. Em 1960 começou o desdobramento da “segunda onda” do feminismo, que iria se voltar para as construções propriamente teóricas, além das preocupações sociais e

políticas, problematizando o conceito de gênero. No Brasil, foi no final dos anos 80 que as feministas começam a usar o termo gênero (LOURO, 2002).

Como afirma Beauvoir (1980): “[...] não se nasce mulher, torna-se mulher [...]”, em sua obra “O segundo Sexo”, publicada em 1949, fazendo referência à criação cultural do “masculino” e do “feminino”, sendo estas identidades apreendidas por meio do processo de socialização que cria funções sociais diferentes e específicas conforme o gênero.

Louro (1997) observa que as concepções de gênero diferem não apenas entre as sociedades ou os momentos históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao se considerar os diversos grupos (étnicos, religiosos, raciais, de classe) que a constituem; os sujeitos podem exercer sua sexualidade de diferentes formas, eles podem viver seus desejos e prazeres corporais de muitos modos. Sujeitos masculinos ou femininos podem ser heterossexuais, homossexuais, bissexuais, bissexuais, transsexuais. O que importa é que, tanto na dinâmica do gênero como na dinâmica da sexualidade, as identidades são sempre construídas, elas não são dadas ou acabadas, estão sempre se constituindo, são instáveis e passíveis de transformação.

Com base nos estudos de Joan Scott, historiadora norte-americana, Louro (1997) defende a necessidade da desconstrução do caráter permanente de oposição binária masculino/feminino, ou seja, não se deve enxergar homem e mulher como pólos opostos que se relacionam por intermédio da dominação e da submissão.

Conforme mostra a pesquisa, de um modo geral a pluralidade sexual ainda não é uma temática digna de muita atenção nas escolas. Constituída sob a égide da disciplina, a instituição escolar age diretamente pela contenção dos corpos, assim como das sexualidades.

Como indica o texto de Silva (2007) que desenvolveu um estudo acerca da sexualidade nos currículos de formação docente a partir de narrativas de professoras que atuam na área de ciências, as quais afirmam serem mais cobradas para trabalhar com as questões da sexualidade. No entanto, a autora salienta que temáticas como a violência, a inclusão e a própria questão da sexualidade raramente estão presentes nos currículos de formação docente. Diz a autora que a escola continua sendo o espaço universal para aprender, namorar, fazer amigos. Mas nos currículos de formação de professores/as a escola aparece como o espaço universal do ensino e da aprendizagem dos conhecimentos validados e legitimados pelos grupos autorizados a pensá-lo.

Nesses espaços, conforme a autora, a sexualidade, que é inerente à vida, parece não fazer parte da vida do professor, parece que este não está autorizado a expressar sua sexualidade. O currículo de formação de professores reforça a identidade do(a) professor(a) heterossexual, o normal, o exemplo a seguir, que não causa dúvidas, nem curiosidade, pois sendo igual é normal.

Ferreira (2013) afirma que as relações de poder e saber que se configuram no âmbito da produção curricular e das práticas pedagógicas atravessam a formação docente e podem se constituir em estratégias de desestabilização do “instituído” e transmutar-se numa proposta que abre os discursos para se pensar e fazer algo diferente.

Dal’igna (2007) ao trabalhar com os gêneros fazendo distinções, conclui que existe um processo de normatização que diferencia o desempenho conforme o gênero, considerando importante discutir esse conflito.

No estudo feito por Altmann (2013) sobre a sexualidade adolescente, também a autora aponta para o empreendimento político de governo das condutas juvenis no controle das estatísticas de gravidez na adolescência, como dispositivo que permitiu o exercício de um biopoder sobre a população. Diz a autora que, a intensa ação do discurso pedagógico nessa temática surge como um espaço privilegiado para o desenvolvimento do biopoder, pois, a escola é convocada a intervir sobre a sexualidade adolescente, na vida dos corpos e na vida da espécie, na saúde individual e coletiva.

Portanto, por mais que se pretenda apagar as diferenças, propagando a exclusão e a violência no cotidiano escolar, a diversidade sexual provoca estranhamentos e tensões e essas experiências desafiam, desestabilizam e subvertem o binarismo de gênero.

4 CONCLUSÃO

Assim como a sociedade contemporânea, também a escola engendra práticas e dispositivos de governo das condutas por meio da disciplina e do controle que visam regular a vida social e escolar. Contudo, por mais que se pretenda apagar as diferenças, por mais que as escolas e os currículos busquem um discurso normalizador, os processos de luta e resistência deflagrados pelos desviantes impedem a manutenção de uma ordem estabilizadora heteronormativa, através do reforço do binarismo de gênero ou da captura da pluralidade pelo discurso da tolerância.

Os textos falam da falta de oportunidade para se discutir as questões de sexualidade e, nesse sentido, questiono se realmente estamos abertos para esse tipo de discussão. Temos que esperar por essa oportunidade ou vivemos um processo de negação sobre a urgência de se introduzir em nossos currículos um tema que faz parte de nossas vidas desde a origem da história humana?

Acredito que a escola e outros espaços educativos podem criar práticas pedagógicas e relações que garantam direitos, como respeito e equidade. Entendo a escola como um contexto de grande potencial transformador das relações de exclusão social, cultural e sexual. Porém, com a pesquisa, percebi que pouco se problematiza os discursos e as ações preconceituosas e excludentes que acontecem cotidianamente nos espaços educativos.

O que parece é que as pesquisas movimentam-se com lentidão, quanto ao currículo escolar no que tange a diversidade de gênero e sexualidade nestes espaços, pois, ainda persiste a concepção do corpo e do sexo como dispositivos biológicos que desconsidera os desejos e afetos vividos pelos sujeitos, deixando assim de mobilizar questões importantes e atuais.

5 REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. A sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional. *Educ. rev.* [online]. 2007, n. 46, pp. 287-310.
- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa. Disponível em: <www.anped.org.br/>. Acesso em: 03 de novembro de 2016.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, V. I, II. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- DAL'IGNA, Maria Cláudia. Gênero, sexualidade e desempenho escolar: modos de significar os comportamentos de meninos e meninas. In: *30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd)*,

- 2007, Caxambu (MG). 30ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação. ANPEd: 30 anos de pesquisa e compromisso social?. Timbaúba (PE): Espaço Livre, 2007. p. 1-15.
- FERREIRA, Taisa de Sousa. *Modos de ver, sentir, e questionar: a presença do gênero e da sexualidade no curso de pedagogia*. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.
- FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1986.
- _____. *História da Sexualidade II: o uso dos prazeres*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- LOURO. Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- _____. Currículo, gênero e sexualidade: refletindo sobre o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *Labrys: estudos feministas. Revista Virtual*. Brasília, v.1, n.1/2, jul/dez 2002. Disponível em: <<http://www.unb.br/ih/his/gefem/>> Acesso em: 18 mar. 2002.
- _____. *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- MEIRA, Luis B. *Sexos: aquilo que os pais não falaram para os filhos*. João Pessoa: Autores Associados, 2002.
- NUNES, César; SILVA, Edna. *A educação sexual da criança: polêmicas do nosso tempo*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.
- SILVA, Mirian Pacheco. *Quando o estranho é o professor: narrativas sobre sexualidade e o currículo de formação de professores*. 2007.
- WEEKS, J. *El malestar de la sexualidad*. Significados, mitos y sexualidades modernas. Madrid: Talasa, 1993.